

**MUDANÇAS SISTÊMICAS, ATOS BILATERAIS E POLÍTICA EXTERNA:  
DECIFRANDO O SIGNIFICADO DOS ACORDOS BRASILEIROS FIRMADOS  
COM EUA E CHINA EM CARDOSO E LULA DA SILVA**

**SYSTEMIC CHANGES, BILATERAL ACTS AND FOREIGN POLICY:  
DECIPHERING THE MEANING OF BRAZILIAN AGREEMENTS WITH THE USA  
AND CHINA IN CARDOSO AND LULA DA SILVA**

**Deywisson Ronaldo Oliveira de Souza<sup>1</sup>**

**Marcos Aurélio Guedes de Oliveira<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Pernambuco

Departamento de Ciência Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Resumo:** Esse trabalho faz uma descrição exploratória dos ajustes estruturais no sistema internacional pós-Guerra Fria e pós 11 de Setembro e vislumbra os reflexos dessas mudanças na política externa brasileira. Por meio de uma análise quali-quantitativa dos atos bilaterais firmados com Estados Unidos e China nos Governos Cardoso e Lula da Silva pôde-se verificar se as duas gestões presidenciais imprimiram diferentes graus de estratégias na condução exterior do país. Pela análise dos atos bilaterais extraídos do sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, verificou-se que o governo de centro-direita instaurou um padrão de cooperação bilateral de maior prestígio com Washington do que aquele estabelecido com Pequim, e que o governo Lula da Silva ao mesmo tempo em que arrefecia as relações bilaterais com os Estados Unidos intensificava a cooperação já existente com o país asiático.

**Palavras-chave:** Atos bilaterais. Política externa. Relações Bilaterais. Brasil-EUA. Brasil-China.

**Abstract:** This paper makes a description of structural adjustments in the post-Cold War and post-September 11 international system and sees the reflex of these changes in Brazilian foreign policy. Through a descriptive analysis of the bilateral acts signed with the United States and China in Cardoso and Lula da Silva governments the paper verified if the two presidential administrations printed similar or different patterns of strategies in the international arena. By the analysis of bilateral acts extracted from the site of the Ministry of Foreign Affairs it was shown that FHC introduced a cooperation of greater prestige with Washington than that established with Beijing, and that while Lula's government at the same time cooled the bilateral relations with the United States intensified the already existing cooperation with the Asian country.

**Key-words:** Bilateral Agreements. Foreign Policy. Bilateral Relations. Brazil-USA. Brazil-China.

Recebido: 01/10/2015

Aprovado: 29/04/2016

## **Introdução**

Desde o fim da Guerra Fria o sistema internacional passa por mudanças significativas em seus eixos norteadores. A intensificação da interdependência entre os Estados, os processos globalizantes de informação, cultura e economia constituem o pano de fundo das relações

---

<sup>1</sup> dros.ufpe@gmail.com

<sup>2</sup> guedes@hotmail.com

internacionais no final do século XX. A derrota do paradigma socialista como vertente estruturadora das relações políticas e econômicas levou os Estados Unidos ao *status* de única superpotência mundial. Em pouco tempo, Washington assumiu para si a tarefa de propagar os novos princípios político-econômicos que guiaram a política internacional na virada do século.

O Consenso de Washington (CW) delimitou as normas de cunho neoliberal que reestruturaram os planos macroeconômicos domésticos e as relações financeiras internacionais. Logo essas regras se tornaram a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e seriam adotadas por vários países periféricos no mundo. Paralelamente, os Estados Unidos passaram a fomentar novos regimes internacionais baseados em processos de integração voltados para a abertura comercial, tais como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Uma nova arquitetura de segurança internacional direcionada para o comprometimento em torno de regras do direito internacional e de acordos de contenção de armamentos nucleares tornou-se o intento estadunidense.

Os Estados Unidos, como a “potência solitária” da década de 1990 (HUNTINGTON, 1999), imprimiram sua unipolaridade tanto em termos políticos, como econômicos e militares. Essa hegemonia estadunidense se traduziu na adesão dos países pobres às novas regras internacionais patrocinados pela superpotência e em um alinhamento automático com esse país. Os valores democráticos e liberais se tornaram critérios para que esses Estados pudessem ascender ao Primeiro Mundo.

O Brasil se inseriu nesse novo contexto da década de 1990 ao adotar estratégias que buscavam autonomia por meio de maior participação nos foros multilaterais do sistema internacional, direcionando seus esforços para a cooperação em órgãos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; VIGEVANI & CEPALUNI, 2012). Com isso, o país adotou uma postura de priorização de relações com os EUA e países europeus e estabeleceu um quase total alinhamento com as regras liberalizantes do Consenso de Washington (CW) e com os novos regimes internacionais estadunidenses.

Os ajustes no sistema internacional promoveram, no início do século XXI, alterações no cenário de atuação dos atores internacionais. Os atentados terroristas de 11 de Setembro mostraram ao mundo as vulnerabilidades da superpotência norte-americana e direcionaram-na em ações contra o terrorismo. Enquanto isso, o surgimento de outros polos de poder criava atores coadjuvantes no sistema internacional.

Os anos 2000 presenciaram uma redefinição global das estruturas das relações internacionais e levaram o Brasil a readequar suas estratégias de inserção nessa nova conjuntura não mais unipolar. Era necessária a intervenção de estratégias que permitissem ganhos nesse novo contexto pós-Guerra Fria e que preservassem a autonomia tupiniquim (BURGES, 2011). Os Estados Unidos passaram a pautar sua ação externa em um unilateralismo, traduzido em um fechamento da potência para as parcerias com países periféricos, condicionando o Brasil a procurar, já no final do governo Cardoso, novas parcerias e estratégias de ação externa livres da influência estadunidense. Daí em diante a política externa do Brasil estaria estruturada em uma estratégia multifacetada na qual as ações empreendidas buscavam inserir o país e tirar vantagens desse cenário internacional cada vez mais multipolar (BRANDS, 2010).

A União Europeia, a Ásia desenvolvida e os grandes países emergentes passaram cada vez mais a contrabalançar o poder estadunidense nessa nova conjuntura internacional. A China despontou como potência econômica e centralizadora das relações internacionais a partir de incríveis taxas de crescimento econômico e aumento significativo das trocas comerciais em todo o mundo. Em poucos anos, a potência asiática começou a oferecer perigo ao *status* de superpotência dos Estados Unidos. Prognósticos de analistas que calculavam em quanto tempo o país asiático ultrapassaria os EUA como maior economia mundial passaram a ser recorrentes.

Esse trabalho tem como objetivo verificar como os atos bilaterais brasileiros firmados com a China e com os Estados Unidos refletiram as mudanças sistêmicas ocorridas no cenário internacional desde o fim da Guerra Fria. Os autores acreditam que a década de 1990 e a primeira década do século XXI apresentaram intensos ajustes na distribuição de capacidades entre as unidades que compõem a estrutura internacional e que essas mudanças imprimiram oportunidades e constrangimentos sistêmicos que moldaram a política externa do país. Alimenta-se a ideia de que as diplomacias de Cardoso e Lula da Silva são produtos das oportunidades oferecidas pelo sistema internacional em cada tempo. Os choques externos ocasionados pelo fim da Guerra Fria e pelos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 engendraram novos insumos nesse cenário e permitiram o desenvolvimento de estratégias ora similares, ora diferentes que se refletiram nas ações empreendidas pelos dois presidentes.

Os autores sustentam a hipótese de que esses ajustes no sistema internacional incentivaram estratégias de ação diferenciadas na política externa brasileira e que podem ser sentidas nos atos bilaterais firmados com Estados Unidos e China nos governos de Cardoso e Lula da Silva. Para tanto, propõem uma análise dos atos bilaterais firmados com os dois

países de 1995 a 2011, tentando responder se houve mudanças quantitativas ou qualitativas no padrão de celebração de acordos.

Esse esforço pode revelar o impacto das alterações sistêmicas na cooperação bilateral com China e EUA e ainda auxiliar a entender como essas mudanças do sistema internacional influenciam a formulação da política externa brasileira. Esses dois países foram escolhidos por serem os atores ícones dessa permanente distribuição de capacidades que se instalou no sistema internacional desde a década de 1990. Os Estados Unidos, por serem a superpotência econômica, política e militar que sobreviveu à Guerra Fria, difundiu sua hegemonia e centralizou as relações internacionais deste período em uma dinâmica independente. O país asiático adequa-se às necessidades exploratórias dos autores, pois seu vultoso crescimento econômico e sua cada vez maior participação no comércio internacional caracterizaram-no como novo centro de poder mundial, o que invariavelmente condensa as mudanças estruturais pelas quais o sistema internacional vem passando no século XXI.

Utilizou-se os atos bilaterais como unidade de análise da atividade diplomática brasileira por permitirem um estudo sistemático da cooperação bilateral empreendida com os dois países. “O ato internacional é um dos mais importantes instrumentos da política externa” (BRASIL, 2010, p. 3) e propicia a quantificação e a exploração qualitativa das áreas sobre as quais as relações bilaterais acontecem.

Os governos de Cardoso e Lula da Silva se inserem temporalmente no período abarcado pelo estudo e constituem interessantes objetos de análise de como governos de partidos ideologicamente distintos imprimem diferenças na condução da política externa. Ademais, é extensa a literatura nacional que debate o caráter inovador ou continuísta da diplomacia de Lula da Silva. Embora os dois presidentes tenham reforçado como nunca a diplomacia presidencial (AMORIM NETO, 2011; CASON & POWER, 2009), há níveis diferenciados de entendimento sobre semelhanças e divergências entre a conduta exterior dos dois presidentes.

Essa visão permite segmentar a política externa brasileira em estratégias que respondiam as oportunidades e constrangimentos do sistema internacional, saindo de um distanciamento brando (VIGEVANI & CEPALUNI, 2012; BRANDS, 2010), passando pela participação em regimes e instituições internacionais (CERVO, 2003; VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; VIGEVANI & CEPALUNI, 2012.), até chegar à diversificação das parcerias (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; 2012; BRANDS, 2010.). Esse trabalho almeja somar à bibliografia que trata do assunto um estudo que se volta à acomodação da política externa brasileira aos ajustes estruturais sistêmicos. Os autores acreditam no axioma de que

ambos os governos apenas imprimiram estratégias diferenciadas para aproveitar as oportunidades existentes em cada período.

Para atingir esse objetivo, o trabalho primeiramente apresenta o panorama geral de onde se pode visualizar as mutações sistêmicas, desde o fim da Guerra Fria com seu breve período *unimultipolar*, passando pelo Consenso de Washington, até chegar às redefinições de poder do início do século XXI e à ascensão chinesa no sistema internacional. A análise dos dados é a seção mais importante do artigo em que se destrincham os atos bilaterais firmados com os dois países e mostra como as diferenças qualitativas e quantitativas nos acordos respondem aos incentivos, às oportunidades e aos constrangimentos externos. Por fim, o artigo traz algumas reflexões sobre as semelhanças e as diferenças nos padrões de celebração de atos e como esses padrões se conectam com as estratégias da política externa brasileira.

### **1. Do Breve Período Unipolar ao Consenso de Washington**

O fim dos anos 1980 já ensaiava as grandes mudanças que passariam a figurar no sistema internacional até então estruturado sob uma bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. Desde 1945, esses dois países lideravam blocos político-ideológicos que se digladiavam pela supremacia mundial. A queda do Muro de Berlim significou para as relações internacionais muito mais que uma ruptura com o fim do conflito Leste-Oeste, ela operou uma nova distribuição de capacidades entre os países do globo, atribuindo ao sistema, mesmo que brevemente, uma distribuição de poder unipolar.

Por acreditar que uma balança de poder unipolar assemelhar-se-ia mais a um ambiente de governança global incompatível com a característica imutável da anarquia internacional, o fundador da corrente estruturalista nas relações internacionais, Kenneth Waltz, considerava improvável uma distribuição de poder entre os agentes no sistema internacional que criasse uma situação de unipolaridade.

Embora Waltz (1979) fosse cético quanto a uma balança de poder unipolar, após o fim da Guerra Fria os Estados Unidos permaneceram como sendo o principal centro difusor das novas regras internacionais e exerceram sua hegemonia em todo o mundo. O país patrocinou as normas que guiaram a reestruturação das economias emergentes, a reordenação do comércio internacional e fomentaram os valores da cultura de paz democrática e da contenção dos armamentos de destruição em massa. Ademais, o país norte-americano permanecia como a maior economia do globo e ainda ostentava o *status* de maior potência militar do planeta.

Mesmo prevalecendo no sistema internacional como a única superpotência mundial centralizadora das relações político-econômicas, e com grande aparato difusor de *soft power*,

os Estados Unidos muito se distanciavam de ter um poder semelhante ao do Império Romano, exemplo dado por Huntington (1999) para caracterizar uma balança de poder unipolar. Embora o sistema internacional resultante do fim da Guerra Fria permitisse que os Estados Unidos unilateralmente pudessem vetar qualquer iniciativa na política internacional, esse novo contexto ainda exigia que os outros países aceitassem as ações estadunidenses nesta arena.

Embora existisse uma hegemonia estadunidense no mundo, facilitada por um sistema no qual desequilíbrios de forças permitem que um Estado exerça sua vontade sobre outras (WALLERSTEIN, 2000, p. 255), diversos polos de poder, como o Japão, os países europeus e as potências de menor porte, impossibilitavam a existência de um irrestrito domínio global estadunidense. Esses polos de poder, apesar de se submeterem ao poderio estadunidense e orbitarem em torno de suas decisões, impossibilitavam que houvesse uma balança de poder do tipo unipolar, já que para Huntington (HUNTINGTON, 1999, p. 10), o sistema unipolar não comportaria grandes potências.

Do ponto de vista dos países chamados de Terceiro Mundo, com vistas a se recuperarem da chamada “Década Perdida”, período de intensas crises financeiras e baixo crescimento econômico, os Estados em desenvolvimento, sobretudo os países latino-americanos, partiram para a adesão aos princípios econômicos neoliberais enraizados no Consenso de Washington e nos regimes internacionais patrocinados pelos Estados Unidos. Os Estados em desenvolvimento, ávidos por crescimento econômico e estabilidade política e financeira, viram-se automaticamente alinhados aos ditames políticos internacionais da superpotência.

Essa hegemonia estadunidense foi sentida pelos países latino-americanos nos princípios neoliberais condensados no Consenso de Washington, criando-se, assim, nichos de unipolaridade, sobretudo no escopo econômico-comercial das relações estadunidenses com esses países. As diretrizes econômicas implementadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Tesouro Americano se tornaram guias da reestruturação financeira desses Estados, construindo o pano de fundo sobre o qual foram pautadas as suas estratégias de inserção internacional.

As diretrizes que compunham o Consenso de Washington (CW) objetivavam a criação de reformas financeiras que abrissem a economia, facilitassem o comércio internacional e estabelecessem planos de controle macroeconômico para os gastos públicos (RANGEL & GARMENDIA, 2012, p. 43). Isso significou para a América Latina a adesão ao neoliberalismo e aos objetivos estadunidenses de ganhos no sistema internacional, já que a

abertura das redes comerciais e dos nichos financeiros nesses países beneficiava o aparato econômico-financeiro supranacional dos Estados Unidos.

Essa onda neoliberal foi amplamente aceita por diversos setores das sociedades dos países latino-americanos e funcionou como uma ideologia que se alastrou dos acadêmicos, passou pela opinião pública e chegou até os partidos políticos (GAMA, 2011). Convictos da possibilidade de crescimento econômico, estabilidade e oportunidades de negociação da dívida externa, países como Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai adotaram essas medidas que por um lado modernizaram esses mercados, mas por outro privilegiaram unilateralmente os Estados Unidos e suas empresas exportadoras.

O Consenso de Washington serviu aos interesses estadunidenses na região, pois permitiria o aumento significativo das suas exportações para os países latino-americanos sem ter que negociar nem fazer concessões (BANDEIRA, 2002, p. 136). A superpotência americana, sem muitas dificuldades, conseguiu exercer sua hegemonia no mundo na década de 1990, sobretudo nas relações internacionais com os países periféricos.

Mesmo havendo preponderância estadunidense no sistema internacional pós-Guerra Fria, os constantes ajustes de distribuição de poder entre as suas unidades permitiram que outros centros de poder fossem paulatinamente se desenvolvendo. Despontaram do Terceiro Mundo China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul. Já a União Europeia passou a rivalizar os Estados Unidos em *soft power*.

## **2. Ensaio de Mudanças Sistêmicas: Ascensão chinesa e reflexos na política externa brasileira**

A década de 1990 já assistia a uma distribuição crescente de capacidades entre as unidades do sistema internacional, com doses de enfraquecimento do poderio político e econômico estadunidense e o simultâneo fortalecimento da China como centro de poder. Mas foi na década seguinte que o país asiático despontou no sistema internacional como um eixo de concentração de atividades econômicas e comerciais do mundo. Isso surtiu efeito na intensificação do leque das relações políticas e da influência chinesa nas relações internacionais bilaterais e multilaterais.

Indubitavelmente contribuiu para essa ascensão de Pequim a sua crescente participação na economia mundial. Em que pese os fatores econômicos na ascensão de poder da China, as últimas décadas registraram um avultoso crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB). Em 1990, sua economia contribuía em 1,8% para o PIB global. Em um crescimento de 273% passou a ter, em 2000, uma fatia de 3,7% do “bolo” da riqueza do mundo (ACIOLY, PINTO

& CINTRA, 2011, p. 308). Essa expansão continuou e alcançou um patamar de 9,3% em 2010 (ACIOLY, PINTO & CINTRA, 2011), quando o país tomou o lugar do Japão como segunda maior economia do globo.

Essas transformações nas relações econômicas internacionais facilitaram a ascensão da China como potência não somente econômica, mas também no campo da política internacional. Logo, o país se tornou uma referência das relações internacionais e centro de atenções políticas (JAGUARIBE, 2011, p.40). A China também passou a exercer uma atuação mais proeminente nos diversos foros multilaterais do concerto das nações, como demonstra Ouro Preto (2011, p. 20):

O país torna-se membro das grandes instituições internacionais. Participa do FMI e tornou-se membro da OMC, de todas as instituições da família da ONU e de organizações regionais como o grupo de Xangai. Participa igualmente de grupos de importância crescente como o G20 e o grupo dos BRICs. A sua posição de Membro Permanente do CSNU e o seu peso crescente na comunidade internacional torna a China um interlocutor necessário para todas as grandes questões que afetam as relações internacionais.

Paralelamente ao ganho crescente de poder econômico e político da China, o declínio das finanças estadunidense na primeira década do novo milênio abalou a posição hegemônica dos Estados Unidos no mundo. O caráter hegemônico dos EUA passou a ser cada vez mais discutido (ARRIGHI, 1996) e a dificuldade dos Estados Unidos em exercer uma liderança no mundo com uma situação econômica cada vez mais debilitada pela crescente necessidade de financiamento das despesas do governo se tornou algo evidente (AVILA, 2009)

As mudanças no sistema internacional são interpretadas pela teoria neorrealista de Waltz (1979) como alterações na distribuição das capacidades entre as unidades que compõem a estrutura. Essas mudanças podem alternar a balança de poder entre os Estados, no caso em análise, passando de uma unipolaridade para um sistema com características cada vez mais do tipo multipolar.

No período imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria, o sistema internacional comportava uma estrutura de poder na qual atuavam uma superpotência mundial, grandes potências com alto poder de influência internacional e muitas potências médias. Os Estados Unidos estabeleceram nichos de unipolaridade com os Estados emergentes até o início dos anos 2000, quando as diretrizes neoliberais condensadas no CW foram abaladas por sucessivas crises financeiras. O fracasso da política neoliberal em estabelecer o desenvolvimento social e a distribuição de renda rompeu o alinhamento à cartilha econômica



de Washington. Crises na Rússia, no Brasil e na Argentina já anunciavam o declínio da liderança estadunidense nos ditames da política econômica internacional e revelavam a crescente necessidade de criação de novas estratégias de inserção econômica para os países emergentes.

Os atentados de Setembro de 2001 se somaram ao fracasso da cartilha econômica estadunidense e inclinaram a política externa dos Estados Unidos em ações unilaterais nas relações internacionais. As ações contra o terrorismo capturaram a agenda externa da Casa Branca e solaparam as relações multilaterais sobre as quais as estratégias de inserção internacional dos países emergentes estavam estruturadas. O Brasil passou a criticar essa postura unilateral quando viu suas estratégias de ação externa encobertas pela nova agenda de segurança internacional.

Com George W. Bush na Casa Branca, o unilateralismo e a política externa da guerra contra o terror se somaram ao fracasso do CW como paradigma de inserção econômica dos países emergentes. Abriram-se brechas para a reformulação de programas e foram presenciados ajustes nas políticas externas das nações que até então estavam orbitando no universo unipolar estadunidense. Os países do Sul buscaram planos de ganhos por meio da intensificação das relações econômicas e comerciais entre si e formalizaram parcerias e coalizões político-estratégicas que os beneficiaram na arquitetura multilateral das relações internacionais.

Nos anos 2000, o enfraquecimento da economia estadunidense, paralelamente ao fortalecimento da economia dos países emergentes, ensejou uma nova distribuição de poder pós-11 de Setembro. O PIB americano cresceu a taxas cada vez menores (OLIVEIRA, MALHEIROS & MAYO, 2009), enquanto as ações de combate ao terrorismo ao mesmo tempo em que acentuavam as dificuldades financeiras do país, criavam novas configurações geopolíticas no mundo:

A Guerra ao Terror expôs as fragilidades estruturais da economia norte-americana e acentuou a dependência de capital estrangeiro para financiar os déficits de seu balanço de pagamentos. Embora os gastos totais da guerra tenham representado uma parte pequena do PIB americano, boa parte deste custo, que chegou a cerca de dois trilhões de dólares em dez anos, foi custeada por capitais oriundos da compra de títulos americanos por governos estrangeiros – principalmente China e Japão. Ademais, o corte na arrecadação e o aumento das despesas públicas, promovidos pela administração de George W. Bush, levaram o Estado a um endividamento em relação ao PIB somente comparável à época da Segunda Guerra Mundial (HENDLER, 2012).

A ascensão internacional da economia chinesa deu os primeiros passos na década de 1970, quando Deng Xiaoping estabeleceu reformas para inserir a China no mercado internacional. Desde então o país intensificou sua participação no comércio global até se tornar o “maior produtor e exportador de manufaturados do mundo” (HENDLER, 2012). Nesse tempo, o discurso diplomático dos países emergentes se direcionou para reformas dos instrumentos multilaterais da governança e as coalizões do Sul passaram a protagonizar cada vez mais o espectro decisório internacional.

O Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), publicado em 2010, demonstra que 37% do comércio mundial deste ano aconteciam entre países emergentes, fazendo com que estes ganhassem crescente espaço na configuração do poder político e econômico mundial (EMERGENTES, 2010). Dados da *World Organization of Creditors* (WOC) revelam que o PIB dos países componentes do Agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) saltou de 8,4 % no ano 2000, para representar 18% da riqueza mundial em 2010, respaldando o pressuposto de que os países em desenvolvimento não podem mais ser identificados como periféricos (PARTICIPAÇÃO, 2011).

Essa nova distribuição de capacidades entre os centros de poder mundial no pós-11 de Setembro configura uma estrutura cada vez mais multipolar, necessitando de amplas coalizões entre as unidades para que os regimes fossem instaurados. Diferentemente da conjuntura híbrida unimultipolar pós-Guerra Fria (HUNTINGTON, 1999), quando os EUA estabeleciam hegemonicamente os regimes internacionais, essa nova distribuição de poder vetorizada sob um ambiente internacional altamente interdependente permitiu o surgimento de centros de poder cujos consentimentos se tornaram indispensáveis.

A adequação da política externa brasileira aos novos moldes do sistema internacional da década 1990 foi marcada pelo abandono do projeto nacional desenvolvimentista que prevaleceu em grande parte do século XX. Para Vizentini (2003, p. 79), a “noção de projeto, interesse ou soberania nacional foi secundarizada, em nome da abertura à nova ordem neoliberal e globalizante do pós-Guerra Fria”. Essas mudanças se consolidaram em ações voltadas para a priorização das relações com os Estados Unidos e a Europa (CERVO, 2003; VIGEVANI, & CEPALUNI, 2007; 2012; BRANDS, 2010), no estabelecimento de um alinhamento quase total com as principais regras do Consenso de Washington e na adesão aos regimes internacionais patrocinados pelo governo estadunidense (PECEQUILO, 2008). No governo Cardoso, teria prevalecido uma postura de equidistância em relação à China, mesmo quando, em 2000, o país se tornou o terceiro maior destino das importações do Brasil (SARAIVA, 2007).

O ponto de inflexão desta diplomacia de alinhamento com os Estados Unidos pode ser evidenciado no final do governo FHC, quando os estadunidenses, após o 11 de Setembro, fecharam-se para o mundo e adotaram uma política unilateral. O Brasil, para tentar beneficiar-se dessa nova estrutura sistêmica cada vez mais multipolar, precisou adequar sua política externa às novas exigências sistêmicas. As estratégias desenhadas no final do governo FHC, tais como a parceria com a Índia e a África do Sul no caso do contencioso dos medicamentos para tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), já demonstrava a postura da política externa brasileira nesse novo contexto.

Logo que o governo sucessor de Cardoso assumiu a Presidência tratou de imprimir esforços para equipar o país com um novo plano de ação externa. O novo presidente procurou ampliar as relações com os países periféricos e a política externa se tornou mais assertiva e proativa. A diplomacia de Lula da Silva ocasionou um ponto de inflexão na política externa brasileira e abriu um rico debate em torno das similaridades ou descontinuidades entre a sua conduta exterior e a de Fernando Henrique Cardoso.

A discussão em torno da mudança ou continuidade na recente política externa brasileira se beneficia da análise do impacto dos ajustes sistêmicos nos atos bilaterais firmados com os EUA e com a China. As intensas mutações da ordem unipolar da década de 1990 para uma estrutura cada vez mais multipolar incentivou estratégias diferentes na política externa brasileira (BURGES, 2011; BRANDS, 2010), que se refletiram nos atos firmados com os dois países. Os autores entendem que o governo FHC, por se inserir temporalmente no período compreendido como de extrema influência estadunidense, firmou mais atos bilaterais com os EUA do que o governo petista. Já o governo Lula, por receber influência de uma conjuntura multipolar, favoreceu ganhos por meio da diversificação das parcerias e incremento das relações diplomáticas com a China.

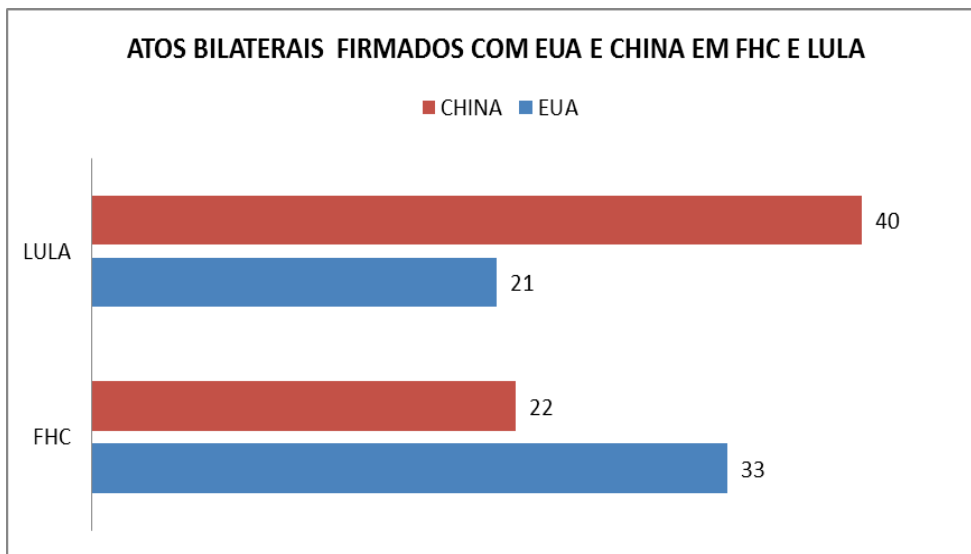
### **3. Análise dos Atos Bilaterais**

As perguntas que guiaram esse trabalho alimentavam a hipótese de que a política externa brasileira, ao se adaptar aos ajustes sistêmicos internacionais, alterou estratégias de ação externa que invariavelmente podem ser sentidas no padrão de atos celebrados com a superpotência estadunidense e a potência asiática emergente. A análise das relações bilaterais com esses países revelou que entre 1995 e 2010 foram celebrados, nas mais diversas áreas, 54 atos com Washington e 62 atos com Pequim (DAI, s/d).

No gráfico 1, pode-se visualizar as alterações nos padrões de celebração de atos com os dois países nas duas gestões presidenciais. Notamos que o presidente FHC firmou 11 atos a

mais com os Estados Unidos do que firmou com a China e celebrou 12 atos a mais com Washington do que o presidente petista. Esses dados reforçam a ideia enraizada na literatura nacional de que houve um alinhamento maior com os Estados Unidos na gestão de FHC, embora o número menor de atos firmados com a China não nos autorize a afirmar que as parcerias com o país asiático foram deixadas de lado.

**Gráfico 1 – Quantitativo de atos firmados com EUA e China em FHC e Lula da Silva**



Fonte: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). DAI. (s/d). Elaboração dos autores.

A gestão do presidente Lula firmou 19 atos a mais com a China do que a gestão anterior, denotando uma visível intensificação das relações bilaterais com o país asiático. Quando se verifica a quantidade de atos celebrados com a Casa Branca no governo Lula, percebe-se que parece ter acontecido uma troca de lugares entre os dois países na política externa brasileira: a China parece ter tomado a posição antes ocupada pelos Estados Unidos nas relações bilaterais do Itamaraty.

Embora tenha ocorrido uma alternância quantitativa de atos firmados com os dois países, passando o Brasil a celebrar mais atos com a China do que com os Estados Unidos, não se pode inferir somente disso que o governo Cardoso priorizava relações com Washington, nem que o governo Lula tenha inclinado a diplomacia brasileira no sentido de uma parceria estratégica com a China. Sendo assim, parte-se para uma análise puramente qualitativa dos 116 atos, no intuito de entender se houve diferenças nas áreas temáticas dos acordos que indiquem mudanças na cooperação bilateral com os dois países.

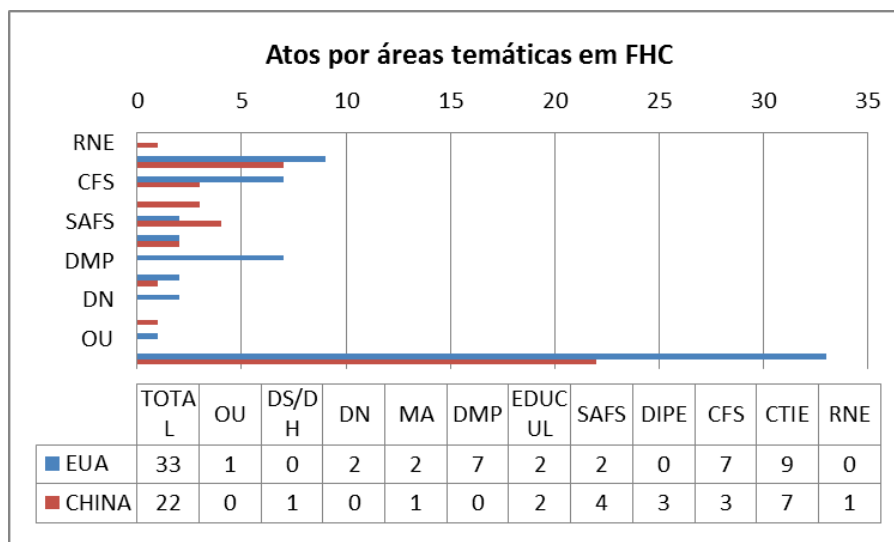
Para isso, os 116 atos bilaterais foram analisados e classificados em 11 áreas

temáticas: 1) Recursos Naturais e Energéticos (RNE); 2) Ciência, Tecnologia e Indústria Estratégica (CTIE); 3) Comércio, Finanças e Serviços (CFS); 4) Diplomacia e Parcerias Estratégicas; 5) Saúde e Fito-Sanidade (SAFS); 6) Educação e Cultura (EDUCUL); 7) Drogas e Matéria Penal (DMP); 8) Meio Ambiente (MA); 9) Defesa Nacional (DN); 10) Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (DS/DH), e 11) Outros temas. A classificação serviu para que nas próximas sessões fossem destrinchados os padrões de celebração dos atos nos Governos de Cardoso e Lula da Silva e examinadas as diferenças e as semelhanças nas ações e nas estratégias de cooperação bilateral com Pequim e Washington.

### 3.1 Atos em FHC

O gráfico 2 revela o padrão quantitativo por áreas temáticas de atos com os EUA e a China nos oito anos do Governo Cardoso. Os dados revelam que a maioria dos atos firmados por FHC com os Estados Unidos foram em Ciência Tecnologia e Indústria Estratégica (CTIE), Comércio, Finanças e Serviços (CFS) e Drogas e Matéria Penal (DMP) e com a China em CTIE, Saúde e Fito-sanidade (SAFS) e Diplomacia e Parcerias Estratégicas (DIPE). Além disso, nota-se diferenças numéricas de celebração com quantidades favoráveis aos estadunidense em quase todas as matérias, excetuando-se apenas Direitos Sociais/Direitos Humanos (DS/DH), DIPE e Recursos Naturais e Energéticos (RNE), nas quais foram firmados mais atos com Pequim do que com Washington.

**Gráfico 2 – Atos por áreas temáticas celebrados no governo Cardoso**



Fonte: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). DAI. (s/d). Elaboração dos autores.

Os atos firmados em Ciência, Tecnologia e Indústria Estratégica (CTIE) ocuparam grande parte da cooperação bilateral entre Brasil e Estados Unidos. A maioria desses instrumentos emendava ou atualizava acordos anteriores ou acordos-quadros previamente pactuados entre as duas partes. Alguns deles estabeleciam estudos conjuntos e trocas de informações sobre assuntos críticos, como as fontes renováveis de energia, a conservação ambiental e a tecnologia da aviação aeroespacial. Dentre os atos em CTIE, destaca-se o acordo firmado entre a Agência Espacial Brasileira e a *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), para cooperação em pesquisa espacial. O instrumento, por ser um acordo-quadro, apenas menciona as possíveis ações sobre as quais a cooperação na área pode acontecer, carecendo, assim, de um plano de trabalho que estipule prazos e crie programas para tal. A importância do Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior repousa no fato de restringir a pesquisa espacial brasileira somente para fins pacíficos, associando ainda mais o país ao Regime de Controle de Mísseis protagonizado por Washington.

Os acordos obtidos e analisados revelam que a assinatura de atos bilaterais no governo Cardoso foi intensa e denotam uma preocupação em facilitar o fluxo comercial entre Brasil e Estados Unidos. Em Comércio, Finanças e Serviços (CFS) foram estabelecidos importantes atos bilaterais que objetivavam intensificar a cooperação comercial entre Brasil e Estados Unidos. Já no início da gestão tucana na Presidência da República, em 1995, foi estabelecido o Conselho de Desenvolvimento Empresarial Brasil–Estados Unidos, um órgão bilateral formado por entes governamentais dos dois países, com o intuito de trocar informações e criar programas e ações que fortalecessem trocas comerciais entre os dois países. Embora o número de atos na matéria não tenha ultrapassado demasiadamente o número de atos firmados com a China, 7 *versus* 3, a análise qualitativa dos acordos de Transporte Marítimo, de Aplicação de Leis de Concorrência e do Comitê Consultivo Agrícola esclarecem a importância do assunto na cooperação bilateral entre Brasília e Washington.

Na matéria jurídica, o Acordo de Assistência em Matéria Penal facilitou a investigação e as ações de inquérito por meio de assistência técnica entre os dois países. Em 1995, os Estados Unidos e o Brasil passaram a cooperar maciçamente no combate ao tráfico de drogas e na redução da demanda por entorpecentes. Desde então, foram celebrados diversos Memorandos de Entendimento que atualizavam o plano de ação do Acordo de Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, intensificando a cooperação bilateral em DMP.

A análise qualitativa dos atos e sua classificação em áreas temáticas ainda revelou a existência de relevantes acordos firmados entre os dois países na área de Defesa Nacional

(DN). O Brasil celebrou, em 2000, um acordo para fornecimento de material e armamento militar estadunidense às forças armadas brasileiras. Já o Acordo sobre usos Pacíficos de Energia Nuclear, firmado em 1997, objetivava assegurar do Brasil mais um compromisso em torno do uso pacífico da tecnologia nuclear.

Quando se analisam as áreas sobre as quais mais se concentraram os atos bilaterais firmados com a China no governo Cardoso, percebe-se que grande parte deles contribui para o fortalecimento da cooperação em tecnologia espacial, iniciada em 1988, e responsável pelo lançamento de três satélites de sensoriamento remoto (CBERS), construídos em conjunto pelo Brasil e o país asiático. A parceria de sucesso entre os dois países emergentes em um setor estratégico de alto custo e com elevado potencial de transbordamento para outras áreas, exemplifica uma iniciativa de cooperação Sul-Sul que deu certo (MORAES, 2010). Atualmente, Brasil e China fazem parte do seleto grupo de países detentores dessa tecnologia. Ademais, a intensificação da cooperação espacial no governo Cardoso revela que na gestão tucana já estavam presentes as estratégias de cooperação Sul-Sul adotadas posteriormente com mais vigor pela diplomacia petista.

Nesse mesmo sentido, os dados revelam que o Governo Cardoso já havia estabelecido medidas cooperativas com a China com vistas a regulamentar e facilitar o comércio de produtos agropecuários e industrializados. Foram firmados quatro importantes acordos na matéria de Saúde e Fito-sanidade (SAFS), que objetivavam intensificar o comércio bilateral de *commodities* e produtos de origem animal. Os atos criavam programas de cooperação e homogeneização de medidas sanitárias e fitossanitárias para interromper a disseminação de pragas e enfermidades entre os dois países. Já em CFS, o Brasil incentivou a colaboração de regulamentos técnicos que melhorassem a qualidade dos produtos industrializados a serem exportados.

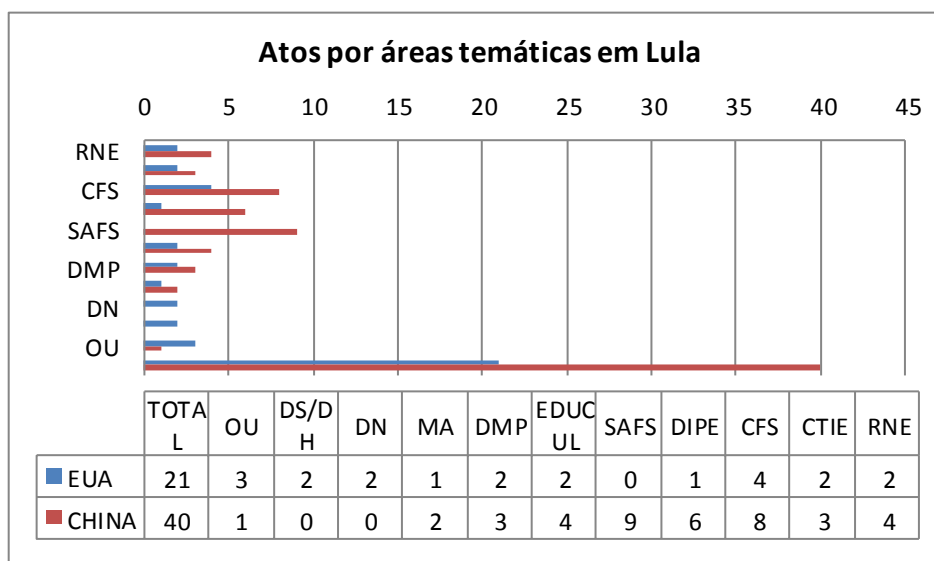
### **3.2 Atos em Lula da Silva**

Quando os atos bilaterais firmados nos oito anos do governo Lula da Silva são analisados, verifica-se que houve uma nítida intensificação da cooperação bilateral com a China em matérias que já tinham sido contempladas na gestão anterior, tal como na cooperação bilateral em tecnologia espacial e notadamente nos assuntos de maior importância para o comércio, tais como as áreas que tratam de assuntos financeiros e de controle da qualidade dos produtos agropecuários exportados. Nota-se a expansão dos atos em Saúde e Fito-sanidade (SAFS), Comércio, Finanças e Serviços (CFS), e Diplomacia e Parcerias Estratégicas (DIPE), que evoluíram respectivamente de 4, 3 e 3 para 9, 8 e 6 acordos. Paralelamente ao crescimento da

cooperação comercial sino-brasileira, constata-se a redução da celebração de atos com os Estados Unidos em esferas de cooperação privilegiadas na gestão tucana: as áreas de Ciência Tecnologia e Indústria Estratégica (CTIE), Drogas e Matéria Penal (DMP) e CFS, que tinham sido contempladas respectivamente com 9, 7 e 7 atos, tiveram apenas 2, 2 e 4 atos firmados na gestão petista. O gráfico 3 revela o padrão de celebração de atos bilaterais por área temática no governo de Lula da Silva.

Os autores consideram que a vontade política de robustecer a parceria estratégica com Pequim se traduz no elevado crescimento de atos bilaterais firmados entre os dois países, principalmente de acordos para destravar os empecilhos do comércio que, nos anos 2000, mostraram-se como o motor das relações entre os dois países. Dessa maneira, foi comum a assinatura de pactos que criavam regras sanitárias e fitossanitárias de exportação de produtos alimentícios, favoreciam a cooperação industrial, tecnológica, financeira e da infraestrutura entre os dois países.

**Gráfico 3 - Atos por áreas temáticas celebrados no governo Lula**



Fonte: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). DAI. (s/d). Elaboração dos autores.

Uma importante decisão em prol da cooperação entre Brasil e China no período foi a criação, em 2004, de um mecanismo de diálogo que pudesse fortalecer a colaboração dos dois países nos diversos eixos de relacionamento. A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) foi subdividida em diversas comissões para facilitar o gerenciamento das ações e formalizou um Plano de Ação Conjunto para os anos de 2010-2014.



Seguindo o sentido oposto da cooperação entre Pequim e Brasília, os atos firmados entre o governo Lula e os Estados Unidos tinham baixo conteúdo geoestratégico. Da mesma forma, é notável uma interrupção dos mecanismos bilaterais de cooperação comercial que haviam sido iniciados no governo de Cardoso. Em matérias que tinham sido privilegiadas no governo Cardoso, como os acordos jurídicos de combate ao tráfico de drogas, percebemos a redução de comprometimentos. O último memorando de entendimento que atualizava o Acordo de Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes foi publicado em 2003 e desde então apenas uma iniciativa bilateral foi instaurada para robustecer a capacidade mútua da fiscalização e combate ao tráfico de ilícitos. Em outras matérias, como CTIE, SAFS e DIPE, notamos a assinatura de acordos com conteúdos que não trazem grandes comprometimentos para a União. Embora importantes acordos tenham sido pactuados na área de Defesa Nacional (DN), eles não foram aprovados pelo Legislativo e ainda se encontram em trâmite no Congresso Nacional.

#### **4.Resultados**

Nesse trabalho, os autores fizeram uma análise dos ajustes sistêmicos internacionais do pós Guerra Fria e o reflexo dessas mudanças nos atos bilaterais brasileiros firmados com os Estados Unidos e a China nos Governos Cardoso e Lula da Silva. Foi possível verificar que a distribuição de capacidades entre as unidades do sistema sofreram constantes ajustamentos no final do século XX e início do novo milênio. Essas novas configurações de poder promoveram uma acomodação sistêmica cada vez mais multipolar, fazendo com que a política externa brasileira deixasse de orbitar essencialmente em torno da política internacional norte-americana e passasse a fomentar estratégias de ação externa mais diversificadas.

Nesse sentido, o exame dos atos firmados com os dois países leva os autores a concordar com o argumento de que a gestão tucana direcionou a política externa do Brasil para estratégias mais concisas de cooperação com Washington (CERVO, 2003; PECEQUILO, 2008; VIZENTINI, 2003). Além de poder visualizar essa tendência pelo número de atos firmados com a Casa Branca – 11 atos a mais do que aqueles firmados com a China –, a investigação qualitativa dos acordos também leva a concluir que FHC buscou nas mais diversas esferas de cooperação maior gama de oportunidades de parcerias e colaboração com os Estados Unidos. O presidente Cardoso impulsionou a cooperação bilateral em matérias comerciais, de serviços e da ciência e tecnologia.

Da mesma forma, foi perceptível a assinatura de importantes comprometimentos nas

áreas jurídicas, da cooperação no combate ao tráfico de ilícitos e em assuntos de defesa nacional. Além disso, a leitura dos atos permite visualizar que esse alinhamento com Washington se refletiu na assinatura de atos com conteúdos de alta relevância para a política internacional estadunidense, como os acordos em que o Brasil se comprometia mais ainda aos regimes internacionais de uso pacífico da energia nuclear e das pesquisas pacíficas em tecnologia espacial.

Embora os atos tenham demonstrado que a diplomacia brasileira refletiu os condicionantes de um sistema brevemente unipolar por meio da criação de parcerias e programas de cooperação mais acentuados com a superpotência hegemônica, os dados não nos permitem inferir que a colaboração bilateral com Pequim foi deixada de lado. Pelo contrário, foi na gestão de Cardoso que se deram os passos iniciais da assistência mútua na fiscalização dos produtos alimentícios e manufaturados e na pesquisa científica em saúde e fito-sanidade que posteriormente dominaram a agenda bilateral dos dois países no Governo Lula. Da mesma maneira, iniciativas como a colaboração na construção de satélites de sensoriamento remoto contribuem para a aceção de que não havia em FHC indisposição diplomática com o país asiático.

Os ajustes sistêmicos internacionais e a constante distribuição de poder no mundo certamente contribuíram para que a política externa de Lula da Silva imprimisse estratégias de ganhos pela diversificação da agenda e das relações. Desse modo, esse trabalho lançou luz nos atos bilaterais firmados no governo petista e enxergou que a diplomacia de Lula da Silva instaurou padrões diferentes de parcerias com Estados Unidos e China em comparação ao período de Cardoso. Os dados em consonância com a literatura nacional permitem entendimentos acerca do refluxo do alinhamento direto com Washington e da aproximação com a China, como ações estratégicas de um plano de atuação internacional mais independente.

A redução de novos instrumentos diplomáticos com os Estados Unidos no Governo Lula se deu em quase todas as matérias, revelando que a cooperação entre os dois países arrefeceu-se. Da mesma maneira, a exploração qualitativa desses atos demonstra que há níveis de comprometimento menos gravosos. Ao contrário disso, a comparação dos atos firmados com a China contribui para a percepção de que há um inquestionável viés de continuidade e aprofundamento das relações bilaterais sino-brasileiras nos governos em questão. Lula intensificou a cooperação bilateral nos instrumentos de regulação, fiscalização e homogeneização de regras sanitárias e fitossanitárias do comércio de produtos alimentícios e minerais e deu prosseguimento à cooperação tecnológica de sucesso, robustecida

anteriormente no Governo Cardoso. Além disso, a expansão da parceria para esferas jurídicas, políticas e geoestratégicas colaboram para a acepção de que a política externa de Lula da Silva buscou adaptar a diplomacia brasileira a nova conjuntura cada vez mais multipolar do século XXI, procurando ganhos nas relações com os novos centros de poder, notadamente com o país asiático.

Esse inegável traço de continuidade e aprofundamento da cooperação sino-brasileira que os atos bilaterais guardam, particularmente o aumento de atos nas esferas econômico-comerciais, financeira e político-estratégica, reflete a importância da China para os ganhos brasileiros nas relações internacionais. Somente entre os anos de 2000 a 2010, o fluxo de comércio entre os dois países cresceu de maneira que as exportações brasileiras para o seu parceiro asiático abandonaram um patamar de US\$ 1,1 bilhão para chegar aos US\$ 30,8 bilhões (ACIOLY, PINTO & CINTRA, 2011, p. 315.), fazendo com que a China ultrapassasse os Estados Unidos como o maior parceiro comercial brasileiro em 2009. Quando o indicador em apreço são as cifras de investimento de capital chinês no Brasil, a situação não é muito diferente, os números também favorecem a conclusão de que as relações econômicas sino-brasileiras intensificaram-se. Os dados do Banco Central do Brasil demonstram que de 2001 a 2010, o investimento de capital direto chinês no Brasil cresceu 294,5%, partindo de um patamar de US\$ 9,7 milhões para atingir em média US\$ 38,4 milhões (ACIOLY, PINTO & CINTRA, 2011, p. 332.).

O crescimento e o aprofundamento da cooperação bilateral se refletem no aumento da celebração de atos com China e corroboram os axiomas de que Lula imprimiu certo grau de continuidade das opções levantadas por FHC (SARAIVA, 2007; VAZ, 2004), ao menos no que se refere às relações com o país asiático. Da mesma forma, os achados desse trabalho adicionam ao debate sobre continuidade ou mudança na política externa de FHC à Lula uma análise de como a diplomacia tupiniquim ao mesmo tempo em que imprimia mudanças significativas na cooperação bilateral com Washington, criava um padrão contínuo de cooperação com a China.

### **Conclusão**

Para além de uma discussão simplista em torno de classificações binárias de continuidade ou mudança, os autores buscaram entender como as ações empreendidas nas duas gestões presidenciais filtraram as oportunidades sistêmicas de seus tempos e, invariavelmente, criaram novas estratégias ou robusteceram as já existentes. Da mesma maneira, não foi objetivo dos autores abarcar a totalidade temática do complexo debate em torno da recente

política externa brasileira. O trabalho em questão objetivou tão somente lançar um novo olhar sobre a controversa discussão das ações externas empreendidas pelos governos FHC e Lula à luz da acomodação dos atos bilaterais às novas conjunturas sistêmicas internacionais. Dessa maneira, a análise dos atos indica que houve arrefecimento das relações brasileiras com Washington no governo Lula, talvez porque a diplomacia petista tenha se inclinado para recuperar a tradição universalista da política externa, deixada de lado no tempo em que Cardoso alinhou-se estritamente ao governo estadunidense (CERVO, 2003).

Os autores acreditam que as mudanças mais significativas empreendidas por Lula na diplomacia brasileira se concentraram na esfera das estratégias (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; 2012; SARAIVA, 2007), de onde a intensificação da cooperação com a China e o refluxo das relações com Washington refletem o encaixe das engrenagens do sistema internacional.

## Referências

- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. (2011). China e Brasil: oportunidades e desafios. In LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org). **A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 325-50.
- AMORIM NETO, O. (2011). **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elzevires.
- ARRIGHI, G. (1996). **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: UNESP.
- AVILA, R. I. (2009). Crise de hegemonia dos Estados Unidos no contexto atual. **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, 2 (3): 219-237.
- BANDEIRA, L. A.M. (2002). As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 45 ( 2): 165-46.
- BRANDS, H. (2010). **Dilemmas of Brazilian Grand Strategy**. Carlisle: Strategic Studies Institute.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (2010). Divisão de Atos Internacionais. **Manual de Procedimentos-Prática Diplomática Brasileira**. Brasília. Publicado em [<http://daimre.serpro.gov.br/manual-de-procedimentos/manual-de-procedimentos-pratica-diplomatica>]. Disponibilidade: 15/01/2013.
- BURGES, S. W. (2011). **Brazilian Foreign Policy after Cold War**. Gainesville: University Press of Florida.
- CERVO, A. L. (2003). A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 46 (1): 5-11.

- CASON, J.; POWER, T. (2009). Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making from Cardoso to Lula. **International Political Science Review**, 30 (2): 117-40.
- BRASIL. DAI, DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS do Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais (DAI). (s/d), publicado em [<http://dai-mre.serpro.gov.br/>]. Disponibilidade: 15/03/2016.
- DIÁRIO DA RÚSSIA. Participação no PIB mundial: Países da CEI x Grupo BRICS (2011), Publicado em [<http://diplomattizzando.blogspot.com.br/2011/09/brics-e-cei-dois-blocos-em-crescimento.html>] Disponibilidade 21/01/2013.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Emergentes deverão responder por 57% do PIB mundial até 2030** (2010), publicado em [<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/751778-emergentes-deverao-responder-por-57-do-pib-mundial-ate-2030.shtml>]. Disponibilidade: 01/02/2013.
- GAMA, C. M. Araújo (2011). **Consenso de Washington: intervenção nos países latino-americanos**, publicado em Portal da Administração [<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/consenso-de-washington-intervencao-nos-paises-latino-americanos/60720/>]. Disponibilidade: 06/02/2013.
- HENDLER, B. (2012). **Estados Unidos, China e as mudanças na interdependência assimétrica após uma década de Guerra ao Terror**, publicado em Mundorama.Net [<http://www.mundorama.net/2012/03/13/estados-unidos-china-e-as-mudancas-na-interdependencia-assimetrica-apos-uma-decada-de-guerra-ao-terror-por-bruno-hendler/>] Disponibilidade: 21/02/2015.
- HUNTINGTON, S.P. (1999). La superpotencia solitaria. **Revista Ciencia Política Bogotá**, 50 (1-2): 9-26.
- JAGUARIBE, A. (2011) Brasil e China na reorganização das relações econômicas internacionais. *In* **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 35- 47.
- MORAES, R. F (2010). A cooperação espacial sino-brasileira. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, 7 (60).
- OLIVEIRA, A.C.; MALHEIROS, L.A; MAYO, M.A. (2009) O declínio da potência: uma análise do processo de crise da hegemonia norte-americana. **Caderno de Relações Internacionais (PUC-RIO)**,2 (1): 1-23.
- OURO PRETO, A. C. (2011). China Brasil. *In* **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 13-34.
- PECEQUILO, C. S. (2008). A política externa do Brasil no século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51: 136-53.

- RANGEL, M; GARMENDIA, R. (2012). El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. **Política e Cultura**, ( 37): 35-64.
- SARAIVA, M. G. (2007). As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 50: 42-59.
- VAZ, A. C. (2004). Brazilian foreign policy under Lula: change or continuity?. FES Briefing Paper.
- VIGEVANI, T. ;CEPALUNI, G. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional** (PUC-RIO), 29: 273-335.
- \_\_\_\_\_. (2012). **Brazilian Foreign Policy in Changing Times: The Quest for Autonomy from Sarney to Lula**. New York: Lexington Books.
- VIZENTINI, P. G. F. (2003). **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula**. São Paulo: Perseu Abramo.
- WALLERSTEIN, I. (2000). **The essential Wallerstein**. New York: The New York Press.
- WALTZ, K. N. (1979). **Theory of international politics**. Reading, Mass: Addison-Wesley Pub. Co.